



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ  
Código Postal 8100

1  
f. mc

289/2019

**CONTRATO PARA AQUISIÇÃO DE DUAS  
VARREDORAS E ASPIRADORAS MECÂNICAS COM  
4M3 (MINIMO) DE CAPACIDADE, PARA A DIVISÃO  
DE LIMPEZA E HIGIENE PÚBLICA, PELO VALOR  
GLOBAL DE 299.500,00€, AO QUAL ACRESCE O  
IVA À TAXA LEGAL.**

Aos vinte e dois dias do mês de Maio do ano 2019, em Loulé, no Edifício dos Paços do Concelho, perante mim Maria Ricardo Correia Pinto Guerreiro, oficial público dos contratos, da Câmara Municipal de Loulé, conforme despacho emitido pelo Senhor Presidente da Câmara no dia dezassete de Outubro de dois mil e dezassete, é celebrado o presente contrato:-----

Entre o **MUNICÍPIO DE LOULÉ**, pessoa coletiva número 502098139, com sede na Praça da República, em Loulé, representado por **VÍTOR MANUEL GONÇALVES ALEIXO**, na qualidade de seu Presidente, com poderes para o ato, nos termos legais e a empresa **CERTOMA – COMÉRCIO TÉCNICO DE MÁQUINAS LIMITADA**, com sede na Zona Industrial de Viadores, lote 36, em Mealhada – Aveiro, matriculada na Conservatória do Registo Comercial com o número único de matrícula e pessoa colectiva número 501777407, com o capital social de 1.000.000,00€, representada por **JOSÉ ALFREDO SOARES PEREIRA**, portador do cartão de cidadão número 00642498 8ZX9, válido até 26 de Outubro de 2027, contribuinte número 115281916, na qualidade de gerente da empresa, é celebrado e reciprocamente aceite o presente contrato que se rege pelas cláusulas seguintes:-----

**PRIMEIRA:** Por despacho do Sr. Vice-Presidente de **06 de Maio de 2019**, e na sequência do concurso público, cujo anúncio foi publicado no Diário da Republica número 50, II Série de 12 de Março de 2019, e anuncio no JOUE S52 de 14 de Março de 2019, foi adjudicado à firma **CERTOMA – COMÉRCIO TÉCNICO DE MÁQUINAS LIMITADA**, a “**AQUISIÇÃO DE DUAS VARREDORAS E ASPIRADORAS MECÂNICAS COM 4M3 (MINIMO) DE CAPACIDADE, PARA A DIVISÃO DE LIMPEZA E HIGIENE PÚBLICA**”, pelo valor global de 299.500,00€ (duzentos e noventa e nove mil e quinhentos euros) acrescido de IVA à taxa legal em vigor, conforme caderno de encargos e proposta do adjudicatário, e demais elementos



**CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ**  
Código Postal 8100

2

patentes no concurso que se consideram integrados no presente contrato, tendo o encargo cabimento na rubrica orçamental **02/07.01.10.02**;-----

A despesa referente a este contrato tem o compromisso orçamental n.º **3369**, e o LCPA n.º **7365** no âmbito do artigo 5.º da Lei n.º 8/2012, de 21/02, conjugado com o artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21/06.-----

**SEGUNDA:** O objeto do presente contrato consiste na aquisição de duas varredoras e aspiradoras mecânicas, com 4 m<sup>3</sup> (mínimo) de capacidade, para a Divisão de Limpeza e Higiene Pública, conforme se descreve pormenorizadamente na parte II – Cláusulas Técnicas do Caderno de Encargos.-----

**TERCEIRA:** A entrega do bem será efectuada nas instalações da Divisão de Ambiente, Transportes e Oficinas, localizada no Parque de Serviços Urbanos da Câmara Municipal de Loulé – Franqueada, no prazo indicado na proposta do adjudicatário.-----

Todas as despesas e custos com o transporte do bem objecto do contrato e respectivos documentos para o local de entrega são da responsabilidade do fornecedor.-----

**QUARTA:** O fornecedor garantirá o sigilo quanto a informações que os seus técnicos venham a ter conhecimento relacionadas com a actividade da Edilidade.-----

**QUINTA:** O fornecedor obriga-se a entregar à Edilidade o bem objecto do contrato com as características, especificações e requisitos técnicos previstos no caderno de encargos.-----

O bem objecto do contrato deve ser entregue em perfeitas condições de utilização para o fim a que se destina.-----

É aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto na lei que disciplina os aspectos relativos à venda de bens de consumo e das garantias a ela relativas, no que respeita à conformidade dos bens. -----

O fornecedor é responsável perante a entidade adjudicante por qualquer defeito ou discrepância do bem objecto do contrato que exista no momento em que o bem lhe é entregue.-----

**SEXTA:** No caso da realização dos testes não comprovar a total operacionalidade do bem objeto do contrato, bem como a sua conformidade com as exigências legais, ou no caso de existirem defeitos ou discrepâncias com as características, especificações e



**CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ**  
Código Postal 8100

3  
f. 4  
pk

requisitos técnicos definidos no caderno de encargos, a Entidade Adjudicante deve disso informar, por escrito, o fornecedor.-----

O fornecedor deve proceder, à sua custa e no prazo razoável que for determinado pela Entidade Adjudicante, às substituições necessárias para garantir a operacionalidade do bem e o cumprimento das exigências legais e das características, especificações e requisitos técnicos exigidos.-----

Após a realização das substituições necessárias pelo fornecedor, no prazo respetivo, a Entidade Adjudicante procede à realização de novos testes. -----

**SÉTIMA:** Caso os testes comprovem a total operacionalidade do bem objeto do contrato, bem como a sua conformidade com as exigências legais, e não existam defeitos ou discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos definidos no Caderno de Encargos, a Edilidade deve proceder à aceitação do bem, mediante a emissão de um auto de receção, assinado pelo representante do fornecedor e da Edilidade. Com a assinatura do auto de receção, ocorre a transferência da posse e da propriedade daquele para o contraente público, sem prejuízo das obrigações de garantia que impendem sobre o fornecedor.-----

**OITAVA:** Nos termos da presente cláusula e da lei que disciplina os aspectos relativos à venda de bens de consumo e das garantias a ela relativas, o fornecedor garante a viatura por um período mínimo de garantia total, igual ou superior a vinte e quatro meses, a contar da data da assinatura do auto de recepção. -----

Para efeitos de garantia, não se exceptuam quaisquer órgãos, peças ou equipamentos da viatura, tais como amortecedores, bateria, rádio, etc.-----

**NONA:** O valor global da prestação de serviços é de **299.500,00€ (duzentos e noventa e nove mil e quinhentos euros)**, sem I.V.A. incluído, e para garantia da boa execução dos trabalhos e cumprimento das cláusulas deste contrato, foi prestada a caução correspondente ao depósito definitivo de **5%** deste valor, no montante de **14.975,00€ (catorze mil, novecentos e setenta e cinco euros)**, emitida pelo Banco Santander Totta, S.A., com sede em Rua do Ouro, nº 88 - Lisboa, através da **Garantia Bancária N.º 962300488028122**, datada de 13 de Maio de 2019;-----

**DÉCIMA:** Não podem ser impostas penalidades ao fornecedor, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de



**CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ**  
Código Postal 8100

4

qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respectiva realização, alheias à vontade da parte afectada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar;-----

Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos acima referidos, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, actos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas;-----

Não constituem motivos de força maior os previstos no ponto 3 do artigo 14 da parte I – cláusulas gerais do caderno de encargos;-----

A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afectadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior;----

**DÉCIMA PRIMEIRA:** Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, a Edilidade pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o fornecedor violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente nos seguintes casos:-----

a) Quando se verificarem incumprimentos, ou seja atraso na entrega superior a 30 dias seguidos;-----

b) Quando se verificar que o objecto do contrato não corresponde às características e especificações que lhe são atribuídas na proposta e restante documentação apresentada pelo fornecedor;-----

**DÉCIMA SEGUNDA:** Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o fornecedor pode resolver o contrato quando qualquer montante que lhe seja devido esteja em dívida há mais de seis meses ou o montante em dívida exceda 25% do preço contratual, excluindo juros;-----

**DÉCIMA TERCEIRA:** A subcontratação pelo fornecedor e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ  
Código Postal 8100

5  
J. Lucas

**DÉCIMA QUARTA:** 1- Pelo incumprimento das obrigações emergentes do contrato, o contraente público a despoletar este procedimento deverá exigir do prestador de serviços o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:-----

a) no caso de ocorrer atraso no prazo máximo de execução dos serviços deverá ser aplicada uma pena pecuniária calculada sobre o tempo de atraso que corresponderá a 2% (dois por cento) do valor global da prestação de serviços por cada dia útil de atraso, até ao limite de 20% do preço contratual.-----

b) no caso de deficiência na execução da prestação de serviços poderá ser aplicada uma pena pecuniária no valor de 10% do valor global da prestação de serviços.-----

2- O valor das penalidades pecuniárias a aplicar é creditado a favor da Autarquia ou deduzido ao preço a pagar pelo fornecimento.-----

3- Pela lei da concorrência, esclarece-se que qualquer dominativo ou sigla não estão vinculados a nenhuma marca ou modelo de equipamento.-----

**DÉCIMA QUINTA:** De acordo com o previsto no n.º 1 do artigo 290.º-A do CCP o gestor designado com a função de acompanhar permanentemente a execução do contrato é Célia Brás, Técnica Superior da Divisão de Ambiente, Transportes e Oficinas;-----

**DÉCIMA SEXTA:** Que, nos casos omissos ao presente contrato, ou aos documentos a ele anexos, aplicar-se-ão as normas legais em vigor e supletivamente o disposto no CCP, e restante legislação aplicável.-----

Que este contrato foi precedido de minuta, aprovada por despacho do Sr. Vice-Presidente de 06 de Maio de 2019, e aceite pela representada do segundo outorgante.-

Do presente contrato fazem parte:-----

- Programa de Procedimento;-----

- Caderno de Encargos;-----

- Proposta do adjudicatário.-----

- Informações técnicas;-----

E, que ambos os outorgantes aceitem este contrato nos precisos termos exarados, de que tomaram integral conhecimento, assim como dos documentos anexos, que depois de lido vai ser assinado por todos os intervenientes.-----



**CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ**  
Código Postal 8100

**O PRIMEIRO OUTORGANTE,**

**O SEGUNDO OUTORGANTE,**

**O OFICIAL PÚBLICO DOS CONTRATOS,**

*Maria Ricardo Correia Pinto Guerreiro*